



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
E M E N T A

***PODER EXECUTIVO MUNICIPAL » AUTARQUIA »  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE  
SANTA RITA » ATOS DE PESSOAL »  
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS  
INTEGRAIS » CONCESSÃO DE REGISTRO AO ATO.***

**ACÓRDÃO AC2 - TC -02526/18**

RELATÓRIO

01. PROCESSO: TC-15203/16

02. ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA

03. INFORMAÇÕES SOBRE A BENEFICIÁRIA E O ATO:

- 03.01. NOME: Josineide Silva de Lima
- 03.02. IDADE: 53, fls.03.
- 03.03. CARGO: Auxiliar de Serviços
- 03.04. LOTACÃO: Secretaria de Educação
- 03.05. MATRÍCULA: 40.016
- 03.06. DA APOSENTADORIA:

- 03.06.01. NATUREZA: Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais
- 03.06.02. FUNDAMENTO: Art. 3º, incisos I, II, e III da EC 47/05
- 03.06.03. ATO: Portaria nº 102/2017, fls. 92.
- 03.06.04. AUTORIDADE RESPONSÁVEL: THÁCIO DA SILVA GOMES – SUPERINTENDENTE
- 03.06.05. DATA DO ATO: 29 DE SETEMBRO DE 2017, fls. 92.
- 03.06.06. ÓRGÃO QUE PUBLICOU O ATO: DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA
- 03.06.07. DATA DA PUBLICAÇÃO DO ATO: 03 DE OUTUBRO DE 2017, fls. 93

04. RELATÓRIO DA AUDITORIA:

O Órgão Técnico deste Tribunal, com base nos documentos encartados aos autos, emitiu relatório inicial, fls. 67/71, onde entendeu necessária a notificação para que a autoridade previdenciária retificasse a Portaria de concessão de aposentadoria da ex-servidora, com a fundamentação legal correta, e em seguida publicá-la em Órgão Oficial de Imprensa.

Devidamente notificada à autoridade previdenciária anexou o documento nº 57819/16.

Ocorreu que, às fls. 04/05, do documento nº 45972/17, anexado, veio aos autos o Superintendente em exercício apresentando novo ato aposentatório nos termos sugeridos no relatório de fls. 67/71, o que gerou diversidade de atos com a mesma fundamentação.

Diante do exposto, entendeu a Auditoria que necessário se fazia a notificação da autoridade competente (Superintendente do Instituto de Previdência do Município de Santa Rita) para que torne sem efeito o ato de fls. 04, do documento nº 45972/17, anexado, a fim de que se possa conceder registro ao ato de fls. 03, do documento nº 57819/16, anexado.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Devidamente notificada à autoridade previdenciária anexou aos autos o documento nº 67805/17, na qual enviou uma nova portaria e sua respectiva publicação em que torna sem efeito a Portaria nº. 053/2017, ato contínuo, passa a produzir efeitos a Portaria nº. 095/2016, sanando as irregularidades outrora apontadas.

À vista de todo o exposto, concluiu a Auditoria que a presente aposentadoria reveste-se de legalidade, razão por que se sugere o registro do ato concessório, formalizado pela Portaria das fls. 92.

### PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL

Parecer oral, na sessão, de acordo com o entendimento da Auditoria, pela legalidade da aposentadoria em apreço.

### VOTO DO RELATOR

Pela legalidade e concessão de registro ao ato de Aposentadoria Voluntária Proventos Integrais da senhora Josineide Silva de Lima, formalizado pela Portaria nº 102/2017 - fls. 92, com a devida publicação no Diário Oficial do Município de Santa Rita (03/10/2017), estando correta a sua fundamentação (Art. 3º, incisos I, II, e III da EC 47/05), a comprovação do tempo de contribuição, bem como os cálculos dos proventos feitos pela entidade previdenciária.

### DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL

*Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC- 15203/16, ACORDAM os MEMBROS da 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, em conceder registro ao ato de Aposentadoria Voluntária Proventos Integrais da senhora Josineide Silva de Lima, formalizado pela Portaria nº 102/2017 - fls. 92, supra caracterizado.*

Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.

Sala das Sessões da 2ª Câmara do TCE-PB – Mini Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa.  
João Pessoa, 09 de outubro de 2018

---

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho - Presidente da 2ª Câmara e Relator

---

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal

Assinado 9 de Outubro de 2018 às 15:50



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 9 de Outubro de 2018 às 19:21



**Bradson Tibério Luna Camelo**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO